

SEÇÃO CRIMINAL

Competência penal: conexão e continência

FERNANDO DE ALMEIDA PEDROSO (*)
Promotor de Justiça - SP

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Conexão. 3 - Continência. 4 - Forum Attractionis. 5 - Disjunção Processual. 6 - Perpetuatio Jurisdictionis.

1 - Introdução

O homem é ser social e comunitariamente agregado, convivendo num contexto em que há permanente troca e permuta de relações pessoais e humanas.

Nem sempre, entretanto, existem harmonia e equilíbrio nesse burburinho e turbilhão de relações, nessa convivência social complexa, que por vezes se intranquiliza, conturba e sofre comoções pelas próprias atitudes do homem, despontando então conflito de interesses ou desordem.

Era de mister, por conseguinte, que alguma coisa se impusesse a todos, com sua autoridade, para garantir, preservar e restabelecer a ordem pública.

Se há um conflito de interesses ou um episódio que agite o equilíbrio da convivência humana, será prejudicial à harmonia e coesão sociais se persistir e não obtiver resolução.

Deixar-se porém entregue aos próprios interessados a solução direta dos problemas com que se antolhassem e defrontassem no convívio social significaria permitir-se que o conflito de interesses e o desequilíbrio permanecessem, em detrimento da ordem pública, estimulando que os particulares vissem no desforço pessoal a única forma de deslindar o impasse, com o predomínio da força bruta.

Estaria, desse modo, inaugurado e instalado o caos social.

Dai exsurgir o Direito, com o fito de disciplinar a vida social nas suas mais variadas facetas.

Como se sabe, os ramos do Direito constituem manifestações do mesmo fenômeno, visando todos à regulamentação da vida social. O ordenamento jurídico é um só. E o contexto ou conjunto que abriga disposições e preceitos legais tendentes à normalidade e estruturação da vida comunitária, em seus mais variados aspectos. Distinguem-se os ramos jurídicos que compõem o ordenamento tão-só em razão de sua natureza jurídica

(*) Professor de Direito nas Faculdades de São José dos Campos (SP) e Taubaté (SP).

(direito público e direito privado) e por uma questão de divisão do trabalho (constitucional, civil, trabalhista, comercial, penal, processual, administrativo...)

Todavia, fazia-se ainda imperioso que se atribuísse a um órgão, representando o próprio poder público e estatal, em nome da sociedade, o mister de, com o espírito infenso às paixões envolvidas e substituindo as partes, proclamar e dizer o direito ao caso aplicável, apascentando assim a ordem perturbada.

Jurisdição, portanto, é o poder de proclamar e aplicar o Direito, estendendo as normas, leis e princípios jurídicos cabíveis às hipóteses ocorrentes, dirimindo-se os litígios e restabelecendo-se a harmonia social.

Cometeu-se a nobre e árdua tarefa estatal ao Poder Judiciário, a quem ela incumbe com exclusividade como corolário dos princípios da investidura, indeclinabilidade e indelegabilidade da jurisdição.

Todavia, investidos no poder de julgar, é certo - preleciona Magalhães Noronha - que nem todos os Juízes podem julgar todas as causas⁽¹⁾; motivo pelo qual, acentua Frederico Marques, razões de ordem prática obrigam o Estado a distribuir o poder de julgar entre vários Juízes e Tribunais^(1-A).

O poder de dizer e de aplicar o direito há de ser, portanto, por necessidade das coisas, repartido e dividido entre os órgãos incumbidos do mister. A parcela jurisdicional que cabe a um órgão da jurisdição fixa a sua competência, delimitando, assim, a sua esfera de atuação.

Como define Moacyr Amaral Santos, "competência é o poder de exercer a jurisdição nos limites estabelecidos pela lei ou, conforme conceituação generalizada, é o âmbito dentro do qual o Juiz pode exercer a jurisdição"⁽²⁾.

Dessarte, e como enfatiza Jorge Americano, "o juízo pressupõe um território ou lugar onde se exerce o poder jurisdicional, que é o foro competente"⁽³⁾.

Competência, dessarte, é a medida que particulariza a jurisdição. Esta é poder, aquela, a jurisdição em estado dinâmico, em atividade⁽⁴⁾. Jurisdição, por conseguinte, é o poder de proclamar o Direito considerado em sua origem e natureza, enquanto a competência expressa esse mesmo poder em seu exercício (João Mendes), permitindo que a jurisdição, de abstrata, se torne concreta⁽⁵⁾.

Em síntese, louvando-nos em João Mendes: o Poder Judiciário é o poder de julgar (de declarar e aplicar o Direito) instituído; a jurisdição é o poder de julgar constituído; a competência é o poder de julgar organizado^(5-A).

Em matéria penal, consiste a jurisdição no exercício do *jus puniendi*, visando-se reprimir e punir os transgressores da lei penal e autores de crimes e contravenções adotadas, para o mister, as formas procedimentais cabíveis (*nulla poena sine iudicio*).

A repartição do poder jurisdicional penal, que fixará a competência de seus órgãos, se determina - excepcionalmente - por meio de certas matérias (critério *ratione materiae*) ou com relação a certas pessoas (critérios *ratione personae*) mas - de regra - por razões de ordem geográfica ou pelo *locus delicti commissi*, ou seja, pelo local de consumação da infração penal ou de seu último ato executivo (critério *ratione loci*).

Onde, portanto, em regra, obtiver a sua consumação o crime ou contravenção, *id est*, no local em que reunir e conter todos os elementos descritivos do tipo legal deliti-

vo e com todos eles se compuser, ou, em caso de tentativa, onde tiver sido praticado o último ato de execução, aí estará o foro competente para a *persecutio criminis*.

Algumas vezes, entretanto, infrações penais cometidas em diferentes territórios jurisdicionais não de se submeter a apenas um deles para a persecução penal, ou mesmo que perpetradas na mesma égide da jurisdição, em comarcas de mais de uma Vara, deverão subordinar-se a somente uma delas, em prejuízo da competência pela distribuição.

Tal ocorre sempre que houver entre as infrações penais conexidade ou continência, caso em que entre elas se exercerá uma força persecutória atrativa, determinando-se a competência pela jurisdição prevalente.

A bem da verdade jurídica e da exatidão, a conexão e a continência não constituem propriamente critérios determinativos da competência, já fixada territorialmente (*locus delicti commissi*) ou *ratione materiae* ou *personae*, mas sim fatores determinativos de sua modificação ou alteração, que, tal como a prevenção, prorrogam a competência de um foro competente em face de outro igualmente competente. Nas hipóteses de conexão e continência há, portanto, na expressão de Carnelutti, um desvio de competência⁽⁶⁾.

A legislação processual expressamente dispôs sobre as hipóteses de verificação da conexão ou continência (arts. 76 e 77), e elencando-se de forma taxativa, exaustiva e exauriente, inserindo-as em rol constitutivo de *numerus clausus*. A enumeração legal, nessa conjuntura, erige-se como matéria de direito estrito (*tassationis causa*, e não *demonstrationis causa*), de modo que outras hipóteses, à ilharga das expressamente previstas e fora do quadro traçado pela lei, não têm azo para a configuração da conexão ou continência.

Passemos a examinar as causas epigrafadas determinantes da alteração da competência.

2 - Conexão

Conexão significa vínculo, liame e ligação, constituindo, por conseguinte, o elo ou nexo que acrisola e acopla duas ou mais infrações penais.

Como professa Pimenta Bueno, a conexão é a dependência que as coisas e os fatos guardam entre si. Assim, embora os crimes sejam diversos, desde que entre si conexos, ou que procedam de diferentes delinquentes associados, como autores ou cúmplices, formam uma espécie de unidade estreita que não deve ser rompida⁽⁷⁾.

De tal arte, para que o julgador tenha uma ótica global, uma visão plena do conjunto e do quadro delitivo, há de ensejar a conexão a unidade de processo e julgamento (*simultaneus processus per unum et idem iudex*), ainda que diversos os territórios de consumação das infrações, com o escopo de economia processual e de serem evitadas sentenças contraditórias, conflitantes, colidentes e dissonantes.

A conexão, conseqüentemente, obtempera Borges da Rosa, tem um fim principal que é evitar o perigo de decisões contraditórias, perigo oriundo da cisão da prova, e um fim secundário, que é a economia do Juízo, poupando-se, com um só processo e exame da prova, o tempo e o trabalho que seriam gastos com dois ou mais processos e com dois ou mais exames da mesma prova⁽⁸⁾.

A lei adjetiva penal é explícita na determinação das hipóteses em que emerge a conexão delitiva.

1 - "Curso de Direito Processual Penal", Saraiva, 5ª edição, 1972, pág. 44.

1-A "Da Competência em Matéria Penal", Saraiva, 1953, pág. 36.

2 - "Primeiras Linhas de Direito Processual Civil", Max Limonad, 3ª edição, I/236-237.

3 - "Comentários ao Código de Processo Civil", Saraiva, 1940, pág. 251.

4 - Magalhães Noronha, loc. cit.

5 - Borges da Rosa, "Processo Penal Brasileiro", Oficina Gráfica da Livraria do Globo - Barcellos, Bertaso & Cia., Porto Alegre, 1942, I/220-221.

5-A - apud Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, "Apostilas de Direito Judiciário Penal", Saraiva, 1952, pág. 124.

6 - apud J. Frederico Marques, "Tratado de Direito Processual Penal", Saraiva 1980, I/381.

7 - apud J. Frederico Marques, ob. cit., pág. 370.

8 - ob. cit., pág. 247.

Em primeiro lugar, ocupou-se a lei processual de fixar a conexão intersubjetiva (art. 76, nº I), sob as espécies da simultaneidade, por concurso e por reciprocidade.

A conexão intersubjetiva pressupõe diversas pessoas envolvidas na perpetração dos ilícitos penais (daí a sua denominação).

E por simultaneidade quando várias pessoas ocasionalmente reunidas cometem duas ou mais infrações ao mesmo tempo, sendo assim requestável e exigível a unidade temporal do acontecimento complexo ^(8-A) (exemplos, fornecidos por Tourinho Filho: cai um avião e duas ou mais pessoas aproximam-se do aparelho sinistrado e, aproveitando a ocasião, cometem furtos; durante uma partida de futebol, os espectadores, indignados com o resultado do jogo, passam a depredar o estádio)⁽⁹⁾.

E por concurso quando, embora diverso o tempo e o lugar, houverem estas pessoas perpetrado duas ou mais infrações em co-autoria ou cumplicidade. Há, então, a conjugação do **concursum delinquentium** com o **concursum delictorum** (adrede mancomunados e conluiados, três delinquentes deliberam cometer furtos de automóveis, para juntos e ulteriormente vendê-los a terceiros; assim, enquanto um deles subtrai um carro em Jacareí, o outro comete o ilícito assenhoreamento em Taubaté e, o derradeiro, em São José dos Campos).

E por reciprocidade quando as diversas infrações tiverem sido perpetradas por diversas pessoas, umas contra as outras, tal qual ocorria – explica Magalhães Noronha – entre as famílias Capuleto e Montecchio em “Romeu e Julieta”⁽¹⁰⁾. A respeito da modalidade conectiva ora em estudo exemplifica Julio Fabbrini Mirabete: agressões entre componentes de dois grupos de pessoas em um baile⁽¹¹⁾.

Nas três espécies de conexidade intersubjetiva não há qualquer singularidade, constatando-se em todas uma multiplicidade de agentes face a uma pluralidade de infrações. Na intersubjetiva por simultaneidade, contudo, há convergência de ações delituosas independentes, que se verificam ao mesmo tempo e no mesmo lugar (unidade temporal do acontecimento complexo), por pessoas ocasionalmente reunidas. Na intersubjetiva por concurso há igualmente essa convergência de condutas, porém organizadas e coordenadas as ações pelo prévio ajuste ou adesão entre as pessoas, de sorte que as infrações podem verificar-se em tempo e lugar iguais ou diversos. Na intersubjetiva por reciprocidade inexistente convergência de condutas, ressumbrando ações contrapostas de umas pessoas às outras, embora possam ser diferentes o tempo e o lugar.

Em seguida, tratou o caderno adjetivo de determinar a conexão objetiva (art. 76, nº II), diante da qual entrelaçam-se as infrações pelo elo causal, ressurtindo o nexo de causalidade entre os ilícitos como fator único determinante, indiferentes exsurgindo o requisito temporal e a unidade ou pluralidade de agentes.

A conexão objetiva pode adjetivar-se como teleológica ou consequencial.

É teleológica quando um crime se comete para assegurar ou facilitar a execução de outro, de consecução futura (ainda que imediata). Exemplos: matar a mulher (art. 121, CP) para com ela praticar a necrofilia (art. 212, CP), matar os seguranças e guarda-costas para cometer o seqüestro de pessoa de projeção, falsificar um documento público para a perpetração de estelionato.

E consequencial quando um delito se acrisola a outro precedente e anteriormente perpetrado, almejando-se, com o cometimento ulterior, assegurar-se a impunidade, a ocultação ou vantagem da infração antecedente e pretérita. Exemplos: destruir documento (escrituração contábil) para esconder a apropriação indébita cometida (ocultação do crime

anterior), matar moça, menor, com treze anos, que engravidara em decorrência de conjunções carnavais mantidas com o agente, para evitar que o estupro fosse descoberto (garantia de ocultação do crime) ou para impedir que a menor apontasse o sujeito ativo do extorção como o autor do crime sexual (garantia de impunidade). Ou: matar o comparsa de furto, para assegurar a posse da totalidade da **res furtiva**, evitando-se a indesejada partilha (garantia da vantagem).

As modalidades de conexão erigidas nos incisos I e II, artigo 76, do diploma adjetivo penal corporificam a chamada conexidade material ou substantiva.

A conexidade, todavia, não se esgota ou exaure nas espécies suso declinadas, posto tenha ainda previsto a lei processual a denominada conexão instrumental ou probatória (art. 76, nº III), determinando a unidade de processo e julgamento quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Desta sorte, o crime de receptação sempre é conexo com o delito que lhe serve de pressuposto típico.

Ambos os crimes acrisolam-se e interpenetram-se não somente no aspecto da influência probatória de um para o outro mas ainda pelo fato de ser a receptação delito ulterior através do qual obtém o agente do crime antecedente, visando, ao seu exaurimento, as vantagens que colimava.

Por conseguinte, a receptação e o delito que lhe empresta conotação típica ostentam e envergam, sempre, conexidade formal (art. 76, nº III, CPP) e substancial (idem, nº II, *in fine*). Por essa razão, **ope conexitatis**, hão de submeter-se à mesma **persecutio criminis in iudicio**, com unidade de processo e julgamento.

Certo é, contudo, que, persistindo em ângulo sombrio a autoria do delito que confere pressuposto típico à receptação, tornando inviável a sua persecução penal, ela, como residual ou remanescente típico, haverá de ser objeto de processo, **ratione loci**, no foro onde houver atingido o seu **summum opus**.

O mesmo raciocínio se impõe para as hipóteses de favorecimento real ou pessoal, pois o crime depende, para sua configuração típica, de sobejar demonstrada a ocorrência do delito que lhe serve de pressuposto.

Conexão instrumental há, outrossim, tornando indeclinável a junção processual, no caso de delito de auto-acusação falsa imputado ao réu, antes de julgado aquele em que se auto-acusara (cf. RT 497/405), eis que a decisão relativa a um deles dependerá da que se der no que concerne ao outro.

Constata-se das explanações expendidas, portanto, que na conexão há pretensões punitivas paralelas que se unem processualmente em virtude de traços comuns e pontos de contato que ligam uma às outras: as infrações são distintas, embora presas entre si por determinados liames ⁽¹²⁾.

3 – Continência

Afirma-se ocorrer a continência quando uma infração contiver outra, ressurtindo inviável a fragmentação ou cisão.

No magistério de Walter P. Acosta, a continência indica vizinhança, contigüidade; embora não haja o nexo que entrelaça, há a proximidade que identifica ⁽¹³⁾.

8-A – J. Frederico Marques, “Da Competência...”, cit., pág. 287.

9 – “Processo Penal”, Saraiva, 8ª edição, 1986, II/151.

10 – ob. cit., pág. 48.

11 – “Processo Penal”, Editora Adas, 1ª edição, 1991, pág. 174.

12 – J. Frederico Marques, ob. cit., pág. 371-2.

13 – “O Processo Penal”, Editora do Autor, 8ª edição, 1971, pág. 71.

Tourinho Filho, na alheta de outros processualistas, tem a distinção procedida pela lei entre a conexão e a continência como bizantina e assim a profliga e critica, aduzindo que não existe interesse prático em extremá-las, já que ambas ostentam os mesmos efeitos¹⁴. Crítica idêntica tece Borges da Rosa¹⁵.

Dai registrar Frederico Marques que não há dúvida que a distinção entre os dois conceitos deixou de ter valor em doutrina, tanto que códigos recentes a abandonaram^{15-A}.

Tonaliza-se a continência basicamente em duas situações, que pressupõem unidade de crime e concurso de pessoas ou unidade de conduta com pluralidade de resultados.

Difere a primeira hipótese da conexão intersubjetiva por concurso. Em ambas, como característica comum, desponta o concurso de pessoas na empreitada criminosa. Todavia, na conexão concursal há multiplicidade de crimes, enquanto na continência por concurso de pessoas o crime é um só.

Dessa forma, se três pessoas perpetram um assalto a banco, há um só delito (o de roubo) com pluralidade de agentes (três), de sorte que inexiste razão lógica e jurídica para que se fizesse um procedimento persecutório para cada delinqüente, quando o fato criminoso é o mesmo, é idêntico. A continência, dessarte, impõe a unidade de processo e julgamento.

Na outra situação prevista (unidade de conduta e pluralidade de eventos), embora haja um desdobramento fático no episódio, não há motivo para a instauração de diferentes procedimentos persecutórios quando apresente o comportamento criminoso singularidade, posto concretizado com única ação. E novamente aqui requererá a continência a unicidade da relação processual penal.

É o que se verifica nos casos de *aberratio ictus* (art. 73, CP), *aberratio criminis* (art. 74, CP) e do concurso formal de crimes (art. 70, CP), a que acrescentamos, à ilharga da menção expressa da lei processual penal no artigo 77 e incisos, o crime continuado (art. 71, CP), por constituir este, através de *fictio juris*, uma unidade incindível.

Cumpra-se seja ilustrada cada uma das situações.

Desfecho o sujeito ativo disparos de revólver contra alguém, almejando sua ocisão. Erra, todavia, alguns dos tiros endereçados à vítima visada e, além de atingi-la, atinge circunstância que passava e transitava pela rua. Há *aberratio ictus* ou erro na execução, com eventos plúrimos decorrentes da mesma conduta criminosa.

Igual: arremessa o agente uma pedra contra a vitrine de uma loja, no escopo de destruí-la. Acontece que o projétil, transfixando e quebrando a vidraça, como pretendido, prossegue em sua trajetória, atingindo e ferindo balconista que se encontrava do outro lado. Há *aberratio criminis* (erro no crime) com multiplicidade de eventos (dano e lesões culposas).

Ou: contaminado por moléstia venérea (art. 130), o agente, em local exposto ao público (art. 233), mantém, mediante violência, conjunção carnal com mulher (art. 213). Há, na situação aventada, plúrimos crimes decorrentes de uma só conduta (concurso formal).

Com relação ao crime continuado, afigura-se-nos que a necessidade da unidade de processo e julgamento decorra também da continência, não obstante tenha a lei processual silenciado a respeito na disposição pertinente (art. 77 e incisos, CPP) dele cuidando tão-só para o efeito de determinação do *forum attractionis* (art. 71, CPP), que se verifica pela prevenção, ou seja, pela antecipação de um juízo competente a outro igualmente competente na prática de um ato processual ou de medida a este relativa (art. 83, CPP).

14 - ob. cit., pág. 154.

15 - ob. cit., pág. 246.

15-A - "Da Competência...", cit. pág. 285.

De feito.

O crime continuado - por criação da lei (art. 71, CP) - constitui uma unidade jurídica.

Integram-no diversos fatos criminosos, perpetrados por plúrimas ações, que, considerados isoladamente, corporificariam, de *per se*, delitos distintos e autônomos, em concurso material.

A lei, entretanto, preferiu contemporizar, no caso, com rigor sancionatório do concurso real, erigindo, por política criminal, a *fictio juris* do delito continuado e reunindo em um só corpo criminoso todos os fatos criminosos integrantes.

Dessa forma, pela espécie dos crimes cometidos e pela conexão de *modus operandi*, temporal e espacial entre eles estabelecida, criou o legislador um vínculo de dependência entrelaçando os fatos delituosos. Conseqüentemente, por ficção legal, todos eles se aglutinam e agregam a episódio criminoso único, constituindo um adendo ou meras frações e parcelas deste. O elo de dependência criado sugere, portanto, o desdobramento delitivo de um só fato criminoso, instando que os delitos subseqüentes e posteriores, preenchidos os requisitos legais, sejam considerados como continuação do primeiro.

Há então, presente a conexidade requestada pela lei, a integração, como o disse o Juiz Roberto Grassi, de várias microações numa só macroação¹⁶.

Estabelece-se, dessa maneira, uma unidade de crime, com pena única majorada, em detrimento do concurso real de delitos e do cúmulo material sancionatório.

Existentes todos os pressupostos e requisitos objetivos que outorgam berço ao delito continuado, este se impõe como fato unitário, prevalecendo como um todo jurídico ou bloco monolítico para todos os efeitos, sejam de direito substantivo ou processual.

Nessa conjuntura, como facetas de episódio único por ficção legal, devem ser os fatos integrantes do crime continuado - por fator de harmonia - objeto de única *persecutio criminis*, para que assim também ressaia a unidade de processo e julgamento.

Exemplos: caixeiro viajante que percorre várias localidades e em cada cidade se apropria do dinheiro recebido e pertencente à firma que representa; pai que, abusando dos meios de correção e disciplina, maltrata - ainda que ocasionalmente em lugares diferentes - seguidamente o mesmo filho; a empregada que, furtiva e repetidamente, em viagem com a patroa, vai-se assenhoreando de cédulas do seu dinheiro...

Os fatos acima expostos à guisa de ilustração configuram a continuidade delitiva e, por via de conseqüência, integram um único episódio criminoso, instando, assim, que, embora cometidos em lugares diversos, sejam submetidos à mesma persecução penal, prevalecendo para esse mister o foro preventivo, que exercerá sua via atrativa sobre os demais.

No concurso material, não há continência de causas. Pode, porém, ocorrer a conexão, desde que entre as infrações haja algum nexo intersubjetivo, objetivo ou instrumental^{16-A}.

No caso de conexão ou continência entre infrações que se apuram mediante ação penal pública e outras que se apuram mediante ação penal privada, impõe-se o litisconsórcio entre o Ministério Público e o titular do *jus querelandi*, pois não é lícito ao Ministério Público intentar ação privada e o querelante não pode exercer ação pública¹⁷.

16 - apud Alberto Silva Franco e outros, "Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial", Ed. Revista dos Tribunais, 1987, pág. 229.

16-A - J. Frederico Marques, "Da Competência...", cit., pág. 291.

17 - Julio Fabbrini Mirabete, ob. cit., pág. 179, que se louva em Marino Pazzagliani.

4 – “Forum attractionis”

A conexão e a continência exigem, como visto, *simultaneus processus* por *unum et idem iudex* (unidade de processo e julgamento), havendo de preponderar para o processo e julgamento dos fatos o foro que exerça sobre os demais (em detrimento de eventual competência *ratione loci* ou por distribuição) a sua força atrativa.

Dessa forma, para a unidade do processo e julgamento, consectário forçoso da conexão ou continência (que são critérios modificadores da competência e não seus critérios determinativos), há a competência de um juízo que se prorroga sobre a dos demais, que, conseqüentemente, terão sua competência derogada por aquele.

Urge, dessarte, como passo seguinte na análise da competência por conexão ou continência, aquilatar e deduzir qual o foro que sobre os demais exercerá a *vis attractiva* e se fará, conseqüentemente, *forum attractionis*.

Há regras editadas para esta fixação (art. 78, CPP).

In primo loco, no concurso entre a competência do Júri e a da Justiça comum, prevalecerá a do Tribunal do Júri (nº I).

Digamos que houvesse sido cometido um homicídio doloso e que seu autor, tendo agentes policiais no seu encalço e perseguição para a efetivação da prisão em flagrante, procurasse por um amigo que – ciente do evoluir dos acontecimentos – lhe desse refúgio e o homizasse em seu domicílio. Teríamos, aqui, um crime cujo julgamento compete ao Tribunal do Júri (homicídio – art. 121, CP) e outro de competência do juiz singular (favorecimento pessoal – art. 348, CP), de sorte que, pela *vis attractiva* do Júri, ambos os delitos serão submetidos ao mesmo processo e julgados pelo tribunal popular.

Ou: elimina o sujeito ativo o genitor de moça honesta que rapta para fim libidinoso, quando procurara aquele resistir à consecução do propósito criminoso do agente e proteger a sua filha. Rapto (art. 219, CP), crime da competência do juiz singular, e homicídio doloso qualificado pela conexão teleológica (art. 121, § 2º, nº V, CP), de competência do Tribunal do Júri, por este último serão julgados, em único processo.

Ainda: perpetra-se rixa qualificada pelo evento morte (art. 137, § único, CP), sendo conhecido entre os rixosos o autor da ocisão (homicídio – art. 121, CP). Os dois crimes, tendo como acusados todos os rixosos e o autor do êxito letal, serão submetidos ao Júri, embora o primeiro, isoladamente considerado, coubesse ao juízo monocrático.

No concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação (nº III), considerando-se como tal a de instância ou grau hierarquicamente superior, desdenhando-se – para esse efeito – a classificação das comarcas em entrâncias, posto que estas aqui se nivelam em graduação.

Desse modo, se um Promotor de Justiça ou Juiz, que tem foro privilegiado por prerrogativa da função (competência *ratione personae*), devendo ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado a que pertença, comete um crime em concurso com um cartorário ou serventuário da Justiça (peculato – art. 312, CP – por exemplo) ou se, peitado, aceita suborno (corrupção passiva para ele – art. 317, CP – e ativa para quem ofereceu a vantagem indevida – art. 333, CP), deverão todos (Promotor ou Juiz e terceiro) ser julgados pelo Tribunal de Justiça, *forum attractionis* por ser de jurisdição mais graduada.

Cumpra assinalar-se que inexistente hierarquia entre a Justiça Estadual e a Federal, de sorte que, ao contrário da equivocada Súmula nº 52 do extinto TFR, a competência concorrente de ambas, diante da conexão ou continência, se dirime pela disjunção (separação) processual.

Isso porque, para o caso, são ininvocáveis os incisos II, III e IV do artigo 78 (CPP), pois a Justiça Federal não encontra azo constitucional para julgar crimes que competem à Estadual (embora possa até ser mais grave ou cometido em maior quantidade o delito ofensivo a interesses da União), porque não é Justiça Especial relativamente à Estadual e,

por derradeiro, porque entre ambas inexistente hierarquia. Pelos mesmos motivos, não tem ensanchas a Justiça Estadual para prevalecer sobre a Federal. Por conseguinte, entre ambas inexistente, igualmente, a prevenção.

Por isso, em situações desse jaez, imperiosa se fará a separação dos processos, instaurando-se um perante a Justiça Federal, para o crime que lhe compita o julgamento, e outro junto à Justiça Estadual, relativamente ao delito para o qual se descortine sua competência.

No concurso entre a jurisdição comum e a especial, esta sobrepujará sobre a outra (nº IV), aqui excluídas a Justiça Militar, *ex vi* do preceito albergado no artigo 79, nº I, do CPP (ver nº 5) e a Justiça do Trabalho, que não tem jurisdição penal.

Assim, se lesões corporais (art. 129, CP) ou danos contra o patrimônio público (art. 163, § único, nº III) são cometidos juntamente com crime de índole eleitoral, predomina a competência da Justiça Eleitoral para o julgamento destes crimes, por ser ela de categoria especial¹⁸.

Antes de abordarmos o concurso entre jurisdições da mesma categoria, cumpre examinar e analisar o concurso da competência entre jurisdições a que a lei outorgou força atrativa e são, pois, prevalentes.

Imaginemos que um homicídio doloso fosse perpetrado por um Promotor de Justiça ou Juiz em concurso com um terceiro. Pela prerrogativa da função (competência *ratione personae*), deveriam o Promotor ou Juiz, assim como o terceiro participante do crime (este *ope conexitatis*), na condição de réus, ser julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado a que pertença o acusado com prerrogativa funcional, jurisdição esta de hierarquia e categoria superior (art. 78, nº III), porém, *ratione materiae* (crime doloso contra a vida), deveriam igualmente ser todos julgados pelo Tribunal do Júri, estipulando o Código, em outro passo, que, no concurso entre a jurisdição comum e a do Júri, esta deve prevalecer (art. 78, nº I). Há, pois, concorrência de competência entre jurisdições a que a lei conferiu, expressamente, a *vis attractiva* (Júri e jurisdição de maior graduação).

Ou: para assegurar a impunidade de crime eleitoral cometido, elimina o agente testemunha que o presenciara. Existe aqui também o concurso entre jurisdições prevalentes (Eleitoral e Júri).

Quid iuris?

É indagação para a qual insta conflua uma resposta, solucionando-se o impasse.

Em nosso pensar, se houver entre jurisdições prevalentes fixação da competência, envolvendo os critérios *ratione materiae* e *ratione personae*, prevalecerá o que tiver guarida constitucional.

Se ambos os critérios tiverem assento constitucional, imperiosa será a disjunção processual, operando-se então a cisão persecutória para que cada crime seja julgado na égide que lhe for própria. De tal arte, no caso de homicídio doloso perpetrado por Promotor ou Juiz em concurso com um terceiro, este (*ratione materiae*) há de ser submetido a julgamento perante o tribunal popular e aquele, que tem prerrogativa de função (*ratione personae*), deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça do seu Estado.

Se, entretanto, o critério determinativo da competência entre jurisdições prevalentes, com embasamento constitucional, for o *ratione materiae* para os crimes conexos, a força atrativa será exercida pela jurisdição a que couber o julgamento do crime mais grave (art. 78, nº II, “a”) ou, se estes envergarem a mesma gravidade, pela jurisdição em que houve o maior número de infrações (idem, “b”) ou, ainda, pela prevenção em outros casos (idem, “c”).

18 – RT 550/375, 553/462, 557/310, 566/409, 574/459, 587/411.

Desse modo, cometido um homicídio doloso para assegurar a ocultação ou impunidade de um crime eleitoral, ambos os delitos – que têm competência persecutória especial decorrente de cânone constitucional – devem ser submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, posto seja o homicídio qualificado mais grave que o delito eleitoral.

Se o concurso de competências se der e exsurgir entre jurisdições da mesma hierarquia e graduação, inicialmente preponderará a do lugar da infração à qual for cominada pena mais grave (art. 78, n^o, “a”), instando que se coteje para esta aferição as **sanctiones juris** cominadas aos ilícitos na sua qualidade ou natureza (as penas privativas de liberdade são mais graves que as simplesmente pecuniárias e entre aquelas a de reclusão é mais grave que a de detenção e esta mais severa que a prisão simples) e quantidade (tempo de duração da pena pelo máximo **in abstracto** cominado).

Verbi gratia: furto qualificado (art. 155, § 4^o, CP) é cometido na cidade de São Bento do Sapucaí, vendendo o gatuno a **res furtiva** em Pindamonhangaba, em condições e preço pelos quais devia o comprador presumir a procedência malsinada do objeto adquirido (receptação culposa – art. 180, 1^o, CP). Sendo mais grave o delito de furto qualificado que o de receptação culposa (na qualidade e quantidade da sanção), ambos os crimes deverão ser processados e julgados, **ope conexitatis**, em São Bento do Sapucaí, que é o foro prevalente.

Ainda: rapto (art. 219, CP) é perpetrado na cidade de São Joaquim da Barra, consumando todavia o agente o seu desiderato sexual com a ofendida, mediante violência (estupro – art. 213, CP), na urbe de Ribeirão Preto. **Ope conexitatis**, competente para a **persecutio criminis in iudicio** e ulterior julgamento dos crimes será o foro de Ribeirão Preto, no qual alcançou seu **summum opus** o delito mais grave (estupro).

Se as infrações ostentarem idêntica gravidade sancionatória, prevalecerá como foro competente para a **persecutio criminis** o do local em que houver ocorrido o maior número de infrações (art. 78, n^o II, “b”).

Ilustremos: perpetra-se um furto simples (art. 155, **caput**, CP) em Ituverava, vendendo-se o produto do ilícito assenhoreamento, em ocasiões diferentes, na cidade de Miguelópolis, a três pessoas que sabiam e tinham ciência da origem espúria do produto da aquisição (art. 180, **caput**, CP). Iguais as penas cominadas ao furto simples e à receptação dolosa, competente para o processo e julgamento do conjunto delituoso seria o foro de Miguelópolis, local em que se verificou o maior número de delitos (três receptações dolosas).

Sendo iguais as penas e não havendo diferença no número de infrações, a competência será prorrogada em favor do Juízo no qual se dê a prevenção (art. 78, n^o II, “c”).

Exemplo: adrede mancomunados e conluiados, concertam-se três delinquentes para o cometimento de furtos residenciais, para posterior partilha do produto do assenhoreamento. Assim, mediante o prévio ajuste e através de rompimento de obstáculos (arrombamento de portas e janelas), apoderam-se de pertences alheios nas cidades de Campos do Jordão, Caraguatatuba e Taubaté, perpetrando um furto qualificado em cada uma dessas urbes. Iguais os crimes e seu número nas diferentes cidades, foro prevalente e competente será aquele que houver se antecipado aos demais na prática de qualquer ato do processo ou de medida a este relativa, **ex vi** da prevenção (art. 78, n^o II, “c” c.c. art. 83, CPP).

Ou: procedida a falsificação de documento público numa cidade e dele tendo-se feito uso em outra comarca, laborando agentes diferentes nas empreitadas criminosas, será competente para a persecução penal e julgamento o juízo que primeiro souber procedimentalmente dos fatos (prevenção), posto envergarem os delitos de falsificação de documento público (art. 297, CP) e o de uso desse documento apócrifo (art. 304, CP) idêntica sanção.

Se, não obstante a presença da conexão ou continência, houver processos diferentes instaurados, cumpre e impende ao juízo prevalente avocar os processos que tramitem perante os outros juízes, podendo fazê-lo desde que nestes inexistam sentença prolatada (art. 82, CPP).

Na dicção legal do dispositivo que determina sejam os autos avocados consta a ressalva de que neles ainda não haja sentença definitiva.

A locução pode dar a impressão de que o óbice para a reunião dos processos desponta somente após o trânsito em julgado da sentença.

Contudo, se é o que **prima facie** transparece, cumpre obter-se que à mesma conclusão não se chega através de exame mais atilado.

Com efeito.

Já havendo sentença prolatada por um dos juízes, crível e insofismável é que não mais será azado ao juízo prevalente avocar o feito sentenciado (ainda que sem o trânsito em julgado), pois nele não tem ensanchas para inovar, faltando-lhe poderes para modificar, alterar ou substituir a sentença, que unicamente pode ser reformada pela instância superior, em grau de recurso.

De outra parte, o próprio Código de Processo, em outro passo, utilizou-se da expressão sentença definitiva sem que esta pressupusesse o trânsito em julgado, dando assim mostras de usar da locução para designar a sentença que ainda é recorrível. É o que se constata no artigo 593, inciso I, que reza caber apelação (portanto inexistente ainda o trânsito em julgado) das sentenças definitivas de condenação ou absolvição...

Havendo sentença em um dos feitos obstando a junção processual, a unidade dos processos só será possível ulteriormente, para o efeito de soma ou de unificação das penas, de competência do Juízo das Execuções Criminais.

5 – Disjunção processual

Não obstante a presença da conexão ou continência entrelaçando e interligando infrações, casos há em que o trâmite paralelo da **persecutio criminis** se impõe ou pode ocorrer, despontando então a separação dos processos ou disjunção processual, que pode ser obrigatória ou facultativa.

Examinemos inicialmente os casos de disjunção obrigatória.

Uma primeira hipótese em que essa providência emerge imperiosa, como supra vimos de ver, ocorre no concurso de competências por infrações conexas entre a Justiça Estadual e a Federal (n^o 4), posto uma não possa processar e julgar, **ratione materiae**, aquilo que caiba e se cometa à outra.

Outrossim, separação há de existir igualmente no concurso de competências **ratione materiae** e **ratione personae**, quando ambas se fizerem de jurisdição prevalente e tiverem assento constitucional (n^o 4).

De outro turno, indeclinável será também a disjunção de processos no concurso entre a jurisdição comum e a militar, **ex vi legis** (art. 79, n^o I, CPP, ou entre a militar e a eleitoral).

A Justiça castrense estadual tem sua competência determinável exclusivamente pela combinação dos critérios **ratione materiae** e **ratione personae** não possuindo azo para processar e julgar, em nenhuma hipótese, fora destas circunstâncias.

Sua competência é restrita e constitucionalmente delimitada. Desse modo, somente ingressam na égide e âmbito da competência militar estadual crimes com essa natureza definidos e se perpetrados por militares da ativa. Por conseguinte, a Justiça Militar do Estado somente pode processar e julgar os militares da ativa, quando perpetrem crimes militares.

Assim, conexos os crimes praticados por militares e por civil, ou acusados estes como co-autores pela mesma infração, editava a súmula nº 30 do extinto TFR e cujo teor hodiernamente ainda subsiste em sua conclusão, compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar o militar pelo crime militar (CPM, art. 9º) e à Justiça Comum o civil^{18A}.

Da mesma forma, irrefragável é a indeclinabilidade da separação processual no curso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores, pois estes não podem ser submetidos à persecução penal em face de sua inimizabilidade, ficando unicamente sujeitos aos procedimentos e medidas especiais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Frederico Marques rotula, escoreitamente, como aberrante, absolutamente inútil e exdrúxula a disposição que determina a separação processual entre a justiça penal e o juízo de menores (art. 79, nº II), pois heterogeneamente atuam em âmbitos diferentes. Seria o mesmo - arremata - que se dissesse não importar unidade processual à conexão entre infrações penais e atos ilícitos exclusivamente civis^{18B}.

Cisão processual igualmente haverá se, instaurado feito persecutório único relativo a infrações conexas, sobrevier doença mental a um dos acusados, desmembrando-se então o procedimento, que prosseguirá contra os réus sãos e permanecerá sobrestado no que concerne ao co-réu doente até o seu restabelecimento (art. 79, § 1º).

Tratando-se de processo afeto à competência do Tribunal do Júri, que inadmitte julgamento à revelia do acusado (salvo se afiançável o crime, o que só se ocorrer nas hipóteses de participação em suicídio, infanticídio, auto-aborto e aborto consensual - arts. 122, 123, 124 e 126, CP), também deverá proceder-se à disjunção do processo se um dos acusados estiver foragido, julgando-se então o réu presente e aguardando-se a prisão, comparecimento espontâneo ou localização do revel foragido para seu ulterior julgamento (art. 79, § 2º, CPP).

De igual maneira, em plenário do Júri, impõe-se a separação processual se ocorrer a hipótese prevista no artigo 461 do estatuto penal adjetivo (art. 79, § 1º, CPP), ou seja, se, quando se procede ao sorteio de jurados, houver recusa peremptória de algum deles pela defesa de um dos réus e aceitação do jurado recusado pela defesa de outro réu, caso em que se prossegue com o júri somente no que atine ao acusado que tiver aceito o jurado, postergando-se para outro momento o julgamento do réu que o recusou, com a formação de outro Conselho de Sentença. Se o jurado aceito por um dos pronunciados e recusado por outro for também recusado pela acusação, o impasse restará superado e contornado, óbice algum havendo ao julgamento simultâneo dos acusados.

A cisão processual pode entretanto não ser imperiosa, como é nos casos acima indicados, mas meramente facultativa, conferindo-se ao prudente critério, talante e alvedrio do julgador a determinação relativa à separação.

É o que sucede na hipótese para a qual acena o artigo 80 do diploma adjetivo penal, atribuindo a disjunção ao Juiz, quando este a reputar conveniente por qualquer motivo relevante, que a lei exemplificou com a diversidade de tempo e de lugar entre as infrações e pelo excessivo número de acusados, uns presos e outros soltos, para não se prolongar a prisão provisória dos primeiros.

Exemplo: Adozindo e Astrolábio estão sendo processados como co-autores de um roubo (art. 77, nº I, CPP). Adozindo, contudo, encontra-se preso em flagrante ou preventivamente, devendo pois a instrução do processo ultimar-se em 81 dias para obliterar-se o constrangimento ilegal na segregação por excesso de prazo. Astrolábio está foragido e há

necessidade de se esgotarem e exaurirem algumas diligências para a sua eventual localização para possível citação *in faciem* e posterior - se for o caso - *vocatio* editalícia. Apercebe-se o magistrado de que estas diligências consumirão algum tempo e poderão levar o prazo processual a ultrapassar o limite relativo ao co-réu preso. Dessa sorte, a cisão processual é recomendável para que, desmembrando-se o processo, tenha ele o seu curso nos autos principais, respeitando-se os prazos, com relação ao acusado preso, prosseguindo-se nos autos desmembrados no que atine com o réu foragido.

6 - "Perpetuatio Jurisdictionis"

Uma vez fixada, determinada ou prorrogada a competência pelos critérios que a disciplinam, ela se torna imutável e subsiste, persiste e permanece concentrada junto ao órgão jurisdicional em prol do qual propendeu, ainda que alterações ou uma nova ótica jurídica pudessem deslocá-la para outro órgão da jurisdição. Estas consequências processuais decorrem do princípio da perpetuação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*), de sorte que não a modificam alterações supervenientes, devendo o processo ser ultimado junto ao juízo em que se iniciou.

Para bem ilustrar a hipótese, cumpre que seja feita momentânea incursão nos domínios do processo civil. Lá, é a competência territorial para a propositura das ações determinada, via de regra, pelo foro do lugar em que tiver domicílio o réu. De tal arte, uma vez proposta e ajuizada a ação no local em que tinha o réu seu domicílio, alteração alguma terá na competência já determinada o fato de o réu, ulteriormente, no curso da ação, transferir seu domicílio para outra localidade. A perpetuação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*) entrava modificações nesta por acontecimentos posteriores à sua determinação inicial.

O mesmo se verifica no processo penal quando o foro competente se determinar pelo local de domicílio do réu (arts. 72 e 73, CPP) e, sobretudo, nas hipóteses de competência prorrogada em face da conexão ou continência, *ex vi* do artigo 81 da codificação instrumental.

Desta sorte, unificada a atividade estatal persecutória pela conexão ou continência, o julgador sobre o qual se projetar a competência continuará competente para o julgamento dos crimes atraídos para sua égide e domínios, ainda que prolate decisão absolutória no fato de sua competência própria ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência.

Inaplicável é, aqui, a disposição do artigo 74, § 2º, que nada tem ou guarda de contraditório com a norma do artigo 81. Inexiste qualquer desconchavado eventualmente albergado pelos dispositivos epígrafados, posto que o primeiro cogita de alteração da competência face a único crime e o segundo da *perpetuatio jurisdictionis* quando houver conexão ou continência, *id est*, diante da pluralidade de delitos.

Exemplifiquemos com relação à conexão ou continência.

Os foros distritais da capital do Estado de São Paulo têm sua competência criminal adstrita ao julgamento de crimes apenados exclusivamente com detenção, salvo a hipótese de lesão grave. Por conseguinte, se lesão corporal leve é perpetrada pelo agente em conexão com uma lesão corporal gravíssima, a competência do foro distrital se esboça e esfumaça, atraindo o foro criminal central a competência para o julgamento de ambos os crimes. Pode suceder, contudo, que o julgador do foro central absolva o acusado do crime de lesão corporal gravíssima ou que, por deficiência do laudo de exame de corpo de delito, que a desclassifique para lesão corporal leve (esta apenada com detenção). Como quer que seja, não terá ensanchas para deslocar e transferir a competência para o

18A - Tratando-se da justiça castrense federal, tem ela abrigo legal para julgar civis, militares da reserva e reformados quando autores de crimes contra as instituições militares (cf. RT 647/342).

18B - "Da Competência...", cit., pág. 295

foro distrital, subsistindo pois a que lhe fora anteriormente conferida, por força da **perpetuatio jurisdictionis**, para o julgamento da lesão leve conexa.

Ou: um Juiz de Direito e um particular, em co-autoria, praticaram um crime de lesão corporal. Tratando-se de continência (art. 77, n.º I), deverá haver um só processo (art. 79), e o órgão competente para o processo e julgamento é o Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 78, n.º III, do CPP. Se o Tribunal vier a absolver o Juiz, nem por isso ficará incompetente para julgar o co-réu, que não tem foro privilegiado: aplicar-se-á o disposto no artigo 81 do CPP⁽¹⁹⁾.

Somente se a decisão de desclassificação do juízo monocrático propender e inclinar-se para a proclamação de crime doloso contra a vida é que a **perpetuatio jurisdictionis** se derroga, em razão da competência constitucional do Júri.

Dessa maneira, desclassificando o delito de lesão corporal grave, que juntamente com o de lesão leve conexo foi ter à sua esfera de jurisdição, para a tentativa de homicídio (ou a lesão corporal seguida de morte para o homicídio consumado), deverá o juízo singular declinar de sua competência e remeter o feito para uma das varas privativas do Júri.

Da mesma forma, se inicialmente atribuído o delito para os domínios da competência do tribunal popular, o julgador o desclassificar, após a fase do artigo 406 do CPP, para crime de competência do juízo monocrático, ou proclamar a absolvição sumária ou impronúncia, sobejando sem julgamento crimes conexos, será imperioso que remeta o processo ao juízo competente pelos critérios legais (art. 81, parágrafo único).

Digamos, por exemplo, que o juiz prolate a absolvição sumária do réu ou sua impronúncia relativamente a homicídio doloso consumado que lhe fora atribuído, mas que com este crime houvesse delitos conexos acrisolados (lesão corporal, favorecimento pessoal...). Subtraída pela decisão a competência do Júri, os autos devem ser enviados – após o trânsito em julgado da decisão – para o juiz singular competente, para que este julgue o remanescente ou residual conexo. A mesma solução há de emergir se o delito de competência do Júri, conexo com outros, for desclassificado para competência do juiz monocrático (homicídio consumado para lesão corporal seguida de morte; tentativa de homicídio para crime consumado de lesão corporal...).

Se, em comarcas de única vara, couber ao próprio juiz que presidiu o processo o seu julgamento como juízo monocrático, há mister assinalar-se que, prolatando absolvição sumária relativa ao crime contra a vida, não poderá simultaneamente julgar os delitos que lhe forem conexos, devendo sobrestar o seu julgamento. Isso porque a absolvição sumária depende de confirmação pela instância superior, por força do recurso oficial ou **ex officio**. Só após satisfeito o duplo grau de jurisdição, a que remete o artigo 411 do Código de Processo Penal, é que os delitos remanescentes poderão ser apreciados⁽²⁰⁾.

O problema cresce em importância, com decisões dissonantes e discrepantes a respeito, quando a desclassificação do delito atribuído ao Júri ou sua absolvição provenha de proclamação, durante o julgamento em plenário, do próprio tribunal leigo e popular, havendo crimes conexos requestando julgamento juntamente com aquele submetido ao Conselho de Sentença (corpo de jurados).

Vale dizer, em tom de indagação: refutando o corpo de jurados a existência de crime doloso contra a vida e o desclassificando para lesão corporal, ou absolvendo o acusado do delito contra a vida, poderá continuar a julgar os delitos remanescentes conexos com aquele ou, ato contínuo, deverão os autos ser remetidos, para esse mister, ao juiz singular competente?

Se o crime é único, a questão não oferece maiores dificuldades, pois se submete à disciplina do artigo 74, parágrafo 3º, **in fine**, e do artigo 492, parágrafo 2º, ambos do CPP.

Todavia, adquire outra dimensão o problema, crescendo em vulto e importância, quando, na hipótese figurada, houver crimes conexos com o submetido ao julgamento inicial do tribunal leigo.

Não são poucas as decisões de nossos Sodalícios que propugnam pela perda de competência do Júri em situações desse jaez, transferindo-se portanto para o juízo monocrático a competência para o julgamento dos crimes conexos restantes⁽²¹⁾.

No entanto, a conclusão não convence, por ostentar – **venia permissa** – a tísia e eiva da incorreção.

Efetivamente.

Absolvendo ou desclassificando, o Tribunal do Júri, no exercício de sua competência, culminou por julgar e, por conseguinte, subsiste sua competência para também julgar os delitos remanescentes conexos⁽²²⁾.

Solução contrária constitui um **tour de force**, que visa restringir e retirar do Júri, conhecido por suas decisões contraditórias e disparatadas, a competência para o julgamento dos crimes conexos, dando-se, de maneira forçada, como disse Tourinho Filho, uma interpretação “adequada” ao artigo 81 do CPP⁽²³⁾.

21 – RT 148/76, 193/648, 353/95, 448/346, 552/376, 554/347, RJTJ 50/355.

22 – RT 249/568, 391/82, 435/396, 444/286, 445/366, 447/335, 448/345, 467/452, 478/305, 521/392, 546/396, 571/394, 607/345, 637/291.

23 – ob. cit., pág. 170.

19 – Fernando Tourinho Filho, ob. cit., pág. 167.

20 – RT 512/362.